

A.I. N.º - 000.911.0780/04
AUTUADO - NOVA DISTRIBUIDORA LTDA.
AUTUANTE - SÉRGIO FERREIRA RIBEIRO
ORIGEM - IFMT/NORTE
INTERNET - 31. 01. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0011-04/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Em relação às mercadorias objeto desta autuação, não há convênio que preveja a retenção do imposto pelo remetente. No entanto, o autuado é beneficiário de regime especial que lhe concede prazo para recolhimento do imposto, conforme Portaria n.º 114/04, não devendo o ICMS, nessas circunstâncias, ser exigido por antecipação, antes da entrada da mercadoria no estabelecimento do contribuinte. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 03/11/04, exige ICMS no valor de R\$ 638,82, acrescido da multa de 60%, em virtude da falta de pagamento do imposto antecipado, referente a nota fiscal n.º 53744, de 26/10/04, cuja mercadoria (fralda descartável), procedente de outro Estado, encontra-se elencada na Portaria n.º 114/04.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 10, alegando que o autuante não observou que o contribuinte é beneficiário de regime especial para recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada das mercadorias, conforme previsão do art. 2º, da Portaria n.º 114/04. Acrescenta que o referido regime especial foi obtido através de requerimento protocolado em 29/07/04, sob o n.º 138127/2004-3, cujo deferimento ocorreu em 09/09/04, conforme documentos que junta às fls. 11 a 13. Ao final, solicita a anulação do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fl. 20), mantém a autuação dizendo que na folha 5 dos autos, encontra-se um parecer (n.º 2222/2004), de 07/04/04, que indefere o pedido do contribuinte com relação ao processo n.º 056968200.

VOTO

O presente processo exige ICMS, sob alegação de entrada neste Estado de mercadoria enquadrada na Portaria 114/04 (fralda descartável), procedente do Estado de Minas Gerais (unidade da Federação não signatária de Convênio ou Protocolo), sem o recolhimento do imposto antecipado.

Da análise dos elementos constitutivos do PAF, verifica-se que assiste razão ao autuado, haja vista que apesar de em 07/04/04 ter sido indeferido o pedido do contribuinte com relação ao processo n.º 056968200, como menciona o autuante em sua informação fiscal, em 29/07/04 o autuado protocolou

novo requerimento sob o nº 138127/2004-3, cujo deferimento ocorreu em 09/09/04, de acordo com os documentos que junta às fls. 11 a 13, sendo-lhe concedido regime especial concessivo de prazo para pagamento do ICMS, relativo às mercadorias enquadradas na Portaria 114/04.

De acordo com disposição expressa na mencionada Portaria, tal benefício ficou legalmente mantido com relação às mercadorias que ela elencou, e na qual está inclusa a mercadoria em lide.

Dessa forma, o imposto em questão não pode ser exigido durante o trânsito da mercadoria neste Estado, já que o contribuinte tem um prazo especial para recolhimento do mesmo (até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada das mercadorias no estabelecimento).

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.911.0780/04**, lavrado contra **NOVA DISTRIBUIDORA LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de janeiro de 2005.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA